

PLANALTINA - GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA
- GOIÁS

Professor Pedagogo

**EDITAL Nº 01/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025
- EDITAL DE ABERTURA**

CÓD: SL-0840T-25
7908433285441

Língua Portuguesa

1. Regência verbal e nominal	9
2. Estudo da crase	13
3. Semântica e estilística. denotação e conotação. figuras. significação das palavras.....	15
4. Compreensão e interpretação de textos	22
5. Coesão e coerência	23
6. Tipologia e gênero textual	28
7. Emprego das classes de palavras	33
8. Sintaxe da oração e do período	43
9. Pontuação	47
10. Concordância verbal e nominal	54
11. Ortografia oficial	58
12. Acentuação gráfica.....	63

Conhecimentos Gerais

1. Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas a nível municipal, regional e nacional.....	77
--	----

Legislação

1. Constituição Federal: regras para a Administração Pública nos seus artigos 37 a 43; princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem nortear a atuação dos poderes públicos	79
2. Estrutura do Estado	86
3. Os requisitos para ingresso e permanência nos cargos públicos, a responsabilidade dos agentes e das pessoas jurídicas que prestam serviços públicos, e a disciplina dos servidores	94
4. Lei Orgânica Municipal.....	106
5. Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Municipal nº 500/1999 e alterações)	107

Conhecimentos Pedagógicos

1. Fundamentos da Educação: História da Educação: principais correntes e tendências pedagógicas no Brasil e no mundo	111
2. Teorias pedagógicas clássicas e contemporâneas: tradicional, escolanovista, tecnicista, construtivista, histórico-crítica, sociointeracionista	117
3. Função social da escola e sua relação com a sociedade	126
4. Políticas educacionais no Brasil: marcos históricos, avanços e desafios.....	127
5. Legislação e Diretrizes da Educação: Constituição Federal de 1988: artigos relativos à Educação	137
6. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) e suas alterações	140
7. Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)	160
8. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	167
9. Educação inclusiva e políticas de atendimento à diversidade	211

1. Direitos da criança e do adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990)	212
2. Gestão democrática e participação da comunidade escolar	252
3. Tecnologias da informação e comunicação aplicadas à educação.....	258
4. Documento Curricular para Goiás - DC Goiás	261

Conhecimentos Específicos Professor Pedagogo

1. Fundamentos Teórico-Metodológicos da Ação Pedagógica: Concepções de pedagogia: campo de atuação, funções sociais e especificidades	267
2. Teorias pedagógicas aplicadas à prática do pedagogo.....	270
3. Função social do pedagogo na escola: mediação entre teoria e prática.....	273
4. Correntes pedagógicas críticas e não críticas no trabalho pedagógico.....	277
5. Planejamento, Currículo e Organização Escolar: Projeto Político-Pedagógico (PPP): elaboração, implementação e avaliação	284
6. Planejamento educacional, curricular e institucional.....	286
7. Currículo: teorias, concepções e práticas. currículo prescrito, oculto e real	291
8. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs): implicações para o trabalho do pedagogo	294
9. Educação integral e interdisciplinaridade	294
10. Gestão Pedagógica e Coordenação Escolar: Função do pedagogo na gestão democrática e no processo participativo da escola	295
11. O pedagogo como articulador entre equipe gestora, professores, alunos e comunidade	298
12. Acompanhamento pedagógico do processo de ensino-aprendizagem	301
13. Orientação pedagógica e educacional: especificidades e atribuições	302
14. Formação continuada de professores: princípios, metodologias e avaliação.....	304
15. Avaliação Institucional e da Aprendizagem: Concepções de avaliação: diagnóstica, formativa, emancipatória e institucional	305
16. Funções da avaliação na gestão pedagógica.....	306
17. Indicadores educacionais e avaliação em larga escala (Saeb, Ideb, Enem, Prova Brasil)	310
18. O pedagogo como mediador no processo avaliativo e no uso de resultados para replanejamento	318
19. Inclusão, Diversidade e Práticas de Equidade: Educação inclusiva: fundamentos, legislação e práticas.....	320
20. Atendimento Educacional Especializado (AEE): papel do pedagogo na organização.....	325
21. Estratégias pedagógicas para a diversidade cultural, social, étnico-racial e de gênero	328
22. Políticas afirmativas na educação	331
23. O papel do pedagogo na construção de uma escola democrática, inclusiva e cidadã.....	336
24. Psicopedagogia Institucional: Contribuições da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem para a prática pedagógica.....	341
25. Intervenção psicopedagógica: prevenção, diagnóstico institucional e encaminhamentos	348
26. Relações interpessoais e clima escolar	353
27. O pedagogo como mediador de conflitos e promotor da convivência ética	354
28. Políticas Educacionais e Legislação: Constituição Federal de 1988: fundamentos da educação	359
29. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e alterações	363
30. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990)	363

1. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	363
2. Políticas públicas educacionais e financiamento da educação básica	368
3. Trabalho do Pedagogo em Diferentes Espaços Educativos: Atuação do pedagogo na escola e em ambientes não escolares	369
4. Pedagogia hospitalar, social e empresarial: possibilidades de intervenção	373
5. Educação de jovens e adultos (EJA): fundamentos e práticas	379
6. Pedagogia em espaços de educação não formal	381

Material Digital Informática Básica

1. Noções de Sistemas Operacionais	3
2. Noções do sistema operacional Windows. noções de compartilhamento de arquivos e impressoras em rede	4
3. MS-DOS	24
4. Noções do processador de texto MSWord para Windows	25
5. Noções da planilha de cálculo MS-Excel	38
6. Noções de PowerPoint	53
7. Conceitos básicos, ferramentas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome). Aplicativos, procedimentos, internet e intranet	61
8. Ferramentas de produtividade/colaboração. Noções sobre ferramentas de comunicação digital como: Microsoft Teams, Zoom e WhatsApp Web	66
9. Noções de Google Workspace	68
10. Noções de segurança da informação: procedimentos de segurança; noções de vírus, worms e pragas virtuais; aplicativos para segurança (antivírus, firewall e antispymware)	73
11. Procedimentos de backup	78
12. Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage)	79
13. Noções básicas de Banco de dados	80

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL

REGÊNCIA NOMINAL

A regência nominal é a área da gramática que estuda a relação de dependência que certos nomes (substantivos, adjetivos e advérbios) estabelecem com outras palavras dentro de uma oração. Essa dependência é marcada, geralmente, pelo uso de preposições, que conectam o nome a um complemento, proporcionando um sentido completo e claro à frase. Em outras palavras, a regência nominal mostra como um termo da oração depende de outro para que o sentido da expressão seja bem definido.

► Substantivos e Regência Nominal

Os substantivos podem exigir a presença de uma preposição para estabelecer uma relação com outro termo que os complementa. Por exemplo:

- **“Necessidade de dinheiro”:** O substantivo “necessidade” exige a preposição “de” para se conectar ao complemento “dinheiro”.
- **“Orgulho de seu país”:** O substantivo “orgulho” é complementado por “de seu país”.

Nem todos os substantivos exigem preposição, mas muitos estabelecem uma relação de dependência com outras palavras por meio delas, o que torna fundamental o seu correto uso para evitar construções gramaticais inadequadas.

► Adjetivos e Regência Nominal

Os adjetivos, quando regidos por um complemento, também costumam exigir uma preposição para estabelecer uma conexão adequada com o termo que completará o seu sentido. A concordância com o substantivo que se refere em gênero e número é um aspecto importante nesse caso. Veja alguns exemplos:

- “Ela é favorável **a** mudanças.”
- “Ele está interessado **em** aprender.”

Aqui, os adjetivos “favorável” e “interessado” exigem as preposições “a” e “em”, respectivamente, para estabelecer a relação com seus complementos.

► Advérbios e Regência Nominal

Embora seja menos frequente, alguns advérbios também podem exigir o uso de preposições para complementar o sentido da frase. Eles costumam estabelecer relação com adjetivos ou substantivos:

- “Ela estava longe **de** ser perfeita.”

Neste caso, os advérbios “próximos” e “longe” requerem a preposição “de” para que a frase fique completa e correta.

PRINCIPAIS PREPOSIÇÕES UTILIZADAS NA REGÊNCIA NOMINAL

O uso correto das preposições é essencial na regência nominal, e algumas palavras têm regência específica que merece atenção. As preposições mais comuns na regência nominal incluem: de, a, em, com, para, por, sobre, entre, entre outras. Vamos observar como algumas palavras se relacionam:

- **Acostumado:** “Ela estava acostumada **a** estudar à noite.”
- **Ansioso:** “Ficou ansioso **por** notícias.”
- **Orgulhoso:** “Ele estava orgulhoso **de** seu desempenho.”

► Dicas para Dominar a Regência Nominal:

- **Leia com atenção:** A prática da leitura é uma das melhores formas de aprender a regência nominal. Observando como autores utilizam a preposição, você pode assimilar seu uso de forma natural.
- **Consulte bons dicionários:** Dicionários de regência nominal são excelentes ferramentas para esclarecer dúvidas sobre qual preposição deve ser utilizada com determinado substantivo, adjetivo ou advérbio.
- **Pratique com exemplos:** Quanto mais você escrever e praticar a regência nominal, mais intuitivo se tornará o seu uso. Crie frases e revise a forma como as preposições são utilizadas para reforçar o aprendizado.

A regência nominal, embora pareça um tema complexo, torna-se muito mais clara com a prática e o estudo contínuo. Dominar essa área da gramática é essencial para quem deseja aprimorar suas habilidades de escrita e interpretação na Língua Portuguesa, garantindo uma comunicação eficaz e precisa.

REGÊNCIA VERBAL

A regência verbal é o estudo da relação entre o verbo (termo regente) e seus complementos (termos regidos) dentro de uma oração. Para entender essa relação, é importante reconhecer como os verbos exigem ou não a presença de uma preposição para se conectar aos seus complementos.

A regência verbal, portanto, estabelece como o verbo se relaciona com os objetos diretos e indiretos, bem como quais preposições são necessárias para que essa relação seja gramaticalmente correta.

► Verbos Transitivos e Intransitivos

Antes de abordar a regência propriamente dita, é fundamental compreender a diferença entre verbos transitivos e intransitivos:

▪ **Verbos Transitivos:** São aqueles que necessitam de um complemento para que seu sentido seja completo. Esse complemento pode ser direto ou indireto:

▪ **Verbo Transitivo Direto (VTD):** Não exige preposição para ligar-se ao objeto.

▪ **Exemplo:** “Ela **leu** o livro.” (o complemento “o livro” está ligado diretamente ao verbo “leu”).

▪ **Verbo Transitivo Indireto (VTI):** Necessita de uma preposição para ligar-se ao complemento.

▪ **Exemplo:** “Ela **gostou de** música.” (o complemento “música” é ligado ao verbo “gostou” por meio da preposição “de”).

▪ **Verbo Transitivo Direto e Indireto (VTDI):** Precisa de dois complementos, um com preposição e outro sem.

▪ **Exemplo:** “Ele informou **a todos sobre a reunião.**” (“a todos” é objeto direto, e “sobre a reunião” é objeto indireto).

▪ **Verbos Intransitivos:** Não necessitam de complemento para completar seu sentido.

▪ **Exemplo:** “O avião **pousou.**” (o verbo “pousou” tem sentido completo e não requer complementos).

► Verbos de Regência Variável

Certos verbos podem variar sua regência de acordo com o sentido que pretendem transmitir, e o uso da preposição ou a sua ausência alteram o significado da frase:

Assistir:

▪ **No sentido de “ver” ou “presenciar”:** é transitivo indireto e exige a preposição “a”, como no exemplo: “Ele assistiu **a** filme.”

▪ **No sentido de “ajudar” ou “prestar assistência”:** é transitivo direto e não requer preposição. Por exemplo: “O médico assistiu o paciente.”

Preferir:

▪ É sempre transitivo direto e exige a presença da preposição “a” quando há comparação.

▪ **Exemplo:** “Ela **prefere** café **a** chá.” (nunca se deve usar “do que” ou “ao invés de”).

► Verbos que Exigem Preposições Específicas

Alguns verbos têm regências que exigem preposições fixas, sendo importante conhecê-las para não cometer erros. Vamos observar alguns exemplos comuns:

Aspirar:

▪ **No sentido de “ter como objetivo”:** é transitivo indireto e exige a preposição “a”.

▪ **Exemplo:** “Ela aspira **a** uma carreira de sucesso.”

Namorar:

▪ É transitivo direto e não requer preposição.

▪ **Exemplo:** “Ele **namora** Maria.”

Obedecer / Desobedecer:

▪ São transitivos indiretos e exigem a preposição “a”.

▪ **Exemplo:** “Os alunos **obedecem ao** professor.”

► Casos Específicos de Regência Verbal

Além das regras gerais, há casos específicos que merecem atenção:

Verbos que mudam de significado conforme a regência:

▪ **Responder:** Quando o verbo é transitivo direto, significa “dar resposta”. Já quando é transitivo indireto, com a preposição “a”, pode significar “responder a alguém”.

▪ **Exemplo:** “Ele respondeu **a carta.**” (transitivo direto)

▪ **Exemplo:** “Ele respondeu **ao** professor.” (transitivo indireto)

Verbos que admitem mais de uma preposição:

▪ O verbo “consistir”, por exemplo, exige a preposição “em”.

▪ **Exemplo:** “A solução consiste **em** esforço e dedicação.”

► Dicas para Dominar a Regência Verbal:

▪ **Familiarize-se com os Verbos Mais Comuns:** Alguns verbos possuem regências muito específicas. Estudar listas de verbos e suas respectivas regências pode ajudar a internalizar essas regras.

▪ **Observe o Contexto:** A regência de certos verbos pode variar conforme o contexto da frase. Analise o sentido que o verbo quer transmitir para escolher a preposição adequada.

▪ **Pratique com Exercícios:** A prática é fundamental para consolidar o entendimento da regência verbal. Faça exercícios que exijam a identificação e correção de erros de regência em frases.

Dominar a regência verbal é um passo essencial para escrever e falar corretamente, garantindo que as mensagens sejam transmitidas com clareza e precisão.

A compreensão das relações entre verbos e seus complementos não apenas enriquece a comunicação, mas também demonstra um alto grau de conhecimento da Língua Portuguesa, que é fundamental para quem busca excelência em sua expressão verbal e escrita.

LISTA DE PALAVRAS E REGÊNCIA

Nesta seção, apresentarei uma lista de palavras comuns que geram dúvidas quanto à sua regência, com o intuito de esclarecer quais preposições devem ser utilizadas em cada caso. A lista inclui substantivos, adjetivos e verbos, acompanhados de exemplos práticos para facilitar a compreensão.

CONHECIMENTOS GERAIS

DOMÍNIO DE TÓPICOS RELEVANTES DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO: POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SEGURANÇA, ARTES E LITERATURA E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS A NÍVEL MUNICIPAL, REGIONAL E NACIONAL

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

ANOTAÇÕES

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: REGRAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS SEUS ARTIGOS 37 A 43; PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE E EFICIÊNCIA, QUE DEVEM NORTEAR A ATUAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica "LIMPE". Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada.

O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

► Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa

- Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
- Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
- Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
- Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	Indireta
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PRINCIPAIS CORRENTES E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO BRASIL E NO MUNDO

EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE

A educação na Antiguidade apresenta grande diversidade, pois cada civilização antiga desenvolveu métodos e finalidades educacionais únicos, alinhados a seus valores e estruturas sociais. Nesta fase, o ensino era geralmente reservado para elites e, em grande parte, voltado para a transmissão de conhecimento religioso, cultural e militar.

A educação estava intrinsecamente ligada às crenças e ao papel que cada sociedade destinava ao aprendizado. As principais civilizações que influenciaram o desenvolvimento educacional na Antiguidade foram a Mesopotâmia, o Egito, a Grécia e Roma.

► Mesopotâmia e Egito

Na Mesopotâmia e no Egito, a educação formal era restrita a uma pequena elite, especialmente ligada à administração e religião, e focava no aprendizado da escrita, aritmética e princípios religiosos.

▪ **Mesopotâmia:** Os sumérios, babilônios e assírios desenvolveram sistemas de escrita cuneiforme, e a educação formal na Mesopotâmia era oferecida em escolas chamadas edubbas, ou “casas das tábuas”, onde o ensino era centrado na formação de escribas, uma das profissões mais importantes da época. Os escribas desempenhavam papéis cruciais em atividades administrativas, religiosas e comerciais, e o ensino girava em torno de habilidades práticas como contabilidade, leis e registros comerciais.

▪ **Egito Antigo:** No Egito, a educação também era restrita a escribas, sacerdotes e membros da elite. A formação de escribas envolvia aprendizado dos hieróglifos, a complexa escrita egípcia, além de aritmética e conhecimento sobre mitologia e religião, que eram centrais para a cultura egípcia. O ensino acontecia em escolas ligadas a templos e palácios, e os alunos eram, em grande parte, treinados para assumir posições na administração pública ou na condução dos rituais religiosos.

Essas duas civilizações compartilhavam uma visão funcional da educação, com foco na capacitação para o trabalho administrativo e religioso, limitando o acesso ao aprendizado a uma minoria com poder e prestígio.

► Grécia Antiga

A Grécia foi uma das primeiras civilizações a considerar a educação como um meio de desenvolver o potencial humano e promover a cidadania. A educação grega possuía diferentes características em cidades-estado como Atenas e Esparta, refletindo os valores distintos de cada uma.

▪ **Atenas:** Na cidade-estado de Atenas, a educação visava o desenvolvimento integral do cidadão, abrangendo aspectos intelectuais, físicos e morais. A paideia, como era chamada a formação ateniense, buscava preparar os jovens para a vida pública, enfatizando filosofia, artes, literatura, música e esportes. Os ensinamentos de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles deixaram marcas profundas na educação ocidental, introduzindo métodos de ensino baseados no diálogo e na reflexão crítica. A Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles são exemplos de instituições educacionais avançadas que buscavam compreender e discutir a natureza humana, a ética e a política.

▪ **Esparta:** Em Esparta, a educação era voltada para o treinamento militar e a disciplina, com ênfase na obediência, na resistência física e no espírito de sacrifício. Desde cedo, os meninos eram retirados de suas famílias para se prepararem para a guerra e a defesa da cidade-estado, enquanto as meninas também recebiam treinamento físico, pois se acreditava que mulheres fortes dariam à luz guerreiros fortes. Em Esparta, portanto, a educação era instrumental e orientada para as necessidades militares e coletivas, priorizando a lealdade ao Estado.

Esses dois modelos – o humanista e cidadão em Atenas e o militar e disciplinado em Esparta – ilustram as visões contrastantes de educação na Grécia Antiga, com efeitos duradouros sobre a filosofia educacional e as práticas pedagógicas no Ocidente.

► Roma Antiga

A educação romana foi fortemente influenciada pela cultura grega, mas era mais pragmática, voltada para a formação de cidadãos capazes de contribuir para o império. A educação romana focava no ensino do direito, da oratória e da administração.

▪ **Influência Grega:** Os romanos adotaram muitos aspectos da educação grega, mas adaptaram a filosofia educacional para atender às necessidades do império. A educação visava preparar cidadãos para desempenhar funções administrativas, militares e jurídicas. A partir do período republicano, famílias ricas contratavam preceptores gregos para ensinar seus filhos, e o latim e o grego eram idiomas fundamentais na formação da elite.

▪ **Formação de Cidadãos e Líderes:** A educação romana para os meninos era dividida em três etapas: o ensino básico,

▪ se aprendiam leitura, escrita e aritmética; o ensino médio, onde se estudavam gramática e literatura; e o ensino superior, onde se aprendia oratória e retórica, essenciais para quem pretendia ingressar na política ou no direito. A retórica era particularmente valorizada, e figuras como Cícero são exemplos do ideal de cidadão eloquente e bem-informado, capaz de influenciar a vida pública.

▪ **Educação das Mulheres:** Em geral, as mulheres romanas recebiam pouca educação formal, com foco no aprendizado doméstico e nas habilidades necessárias para gerenciar uma casa. As exceções ficavam por conta de famílias mais abastadas que valorizavam o aprendizado cultural.

A educação romana reforçava valores como a disciplina, a virtude e o serviço ao Estado, aspectos que sustentaram a coesão e a expansão do império romano.

A educação na Antiguidade reflete as necessidades e valores de cada sociedade, moldando cidadãos conforme os interesses da elite e dos governantes. Na Mesopotâmia e no Egito, o ensino era reservado a poucos, visando atender à administração religiosa e estatal.

Na Grécia, surge a valorização do desenvolvimento humano e da cidadania, especialmente em Atenas, enquanto Esparta focava na formação militar. Em Roma, a educação combinava influências gregas com uma perspectiva pragmática voltada para a administração do império e a oratória.

Esses modelos educacionais antigos foram fundamentais para o desenvolvimento das práticas pedagógicas que se expandiram nos períodos posteriores e influenciam, de forma direta e indireta, a educação ocidental até hoje. A herança desses sistemas educacionais está presente na valorização da oratória, no desenvolvimento da filosofia, no conceito de cidadania e na disciplina e valorização do conhecimento como ferramenta de poder e controle.

EDUCAÇÃO NA IDADE MÉDIA

A Idade Média (aproximadamente do século V ao XV) foi um período de intensa influência religiosa sobre a sociedade europeia, com a Igreja Católica desempenhando um papel central na preservação e transmissão do conhecimento.

Durante essa época, a educação era controlada quase exclusivamente por instituições religiosas, e os métodos pedagógicos visavam essencialmente formar o clero e as elites, mantendo o conhecimento acessível apenas a uma parcela restrita da população.

Esse período, conhecido por muitos como “Idade das Trevas” pela visão restritiva em relação ao conhecimento científico, também viu o surgimento das primeiras universidades, estabelecendo as bases para a educação formal que se desenvolveria posteriormente.

► Escolas Monásticas e Catedrais

Durante os primeiros séculos da Idade Média, as escolas monásticas e catedrais eram os principais centros de ensino, sendo operadas e supervisionadas pela Igreja Católica. Essas escolas tinham um forte foco religioso e eram voltadas à formação do clero.

▪ **Escolas Monásticas:** Desde o início da Idade Média, os mosteiros serviram como centros de educação e preservação do conhecimento. Monges beneditinos, em particular, desempenharam um papel essencial, seguindo a regra de São Bento, que previa a prática do trabalho manual e do estudo religioso. Nos mosteiros, o ensino era limitado à leitura, à escrita e ao latim, com ênfase na cópia de manuscritos, o que ajudou a preservar obras clássicas da Antiguidade, embora o foco fosse na teologia e nos textos sagrados.

▪ **Escolas Catedrais:** A partir do século IX, escolas começaram a ser estabelecidas junto às catedrais, especialmente após a reforma educacional promovida por Carlos Magno no Sacro Império Romano. Essas escolas eram ligadas diretamente à Igreja e destinadas à formação de padres e à educação de filhos de nobres. Nas escolas catedrais, os currículos eram baseados no trivium (gramática, retórica e lógica) e no quadrivium (aritmética, geometria, música e astronomia), que eram os componentes das chamadas artes liberais, um modelo de conhecimento herdado da Antiguidade e considerado essencial para a formação de um clérigo ou de um membro da elite.

Essas escolas cumpriram um papel importante na preservação do conhecimento, ainda que o ensino fosse limitado e geralmente reservado aos que tinham ligação com a Igreja ou com a aristocracia.

► Universidades Medievais

A partir do século XII, surgiram as primeiras universidades na Europa, estabelecendo uma nova estrutura educacional mais ampla e organizada. As universidades medievais tinham como base as escolas catedrais, mas rapidamente se tornaram independentes, abrindo espaço para o ensino de uma variedade de disciplinas.

▪ **Origem e Desenvolvimento:** As primeiras universidades foram fundadas em cidades como Bolonha, Paris e Oxford, com o objetivo de sistematizar o ensino superior, permitindo que estudantes de diferentes regiões e origens sociais pudessem estudar juntos. Essas universidades surgiram a partir da necessidade de uma estrutura mais organizada de ensino, especialmente para disciplinas como Direito, Teologia e Medicina, que tinham grande demanda na época.

▪ **Estrutura e Organização:** As universidades medievais eram organizadas em faculdades, cada uma responsável por uma área de conhecimento. Entre as principais faculdades, estavam as de Artes, Teologia, Direito e Medicina. Em geral, os estudantes ingressavam pela Faculdade de Artes, onde estudavam as artes liberais, antes de prosseguir para faculdades mais especializadas. A Faculdade de Teologia era especialmente prestigiada, devido à sua conexão com a Igreja, e exigia muitos anos de estudo e formação rigorosa.

▪ **Método de Ensino:** O método pedagógico predominante era a leitura e interpretação de textos, especialmente de obras de autores clássicos e textos religiosos. A relação entre professor e aluno era hierárquica, e o aprendizado envolvia muita memorização. Havia também o método da

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA AÇÃO PEDAGÓGICA: CONCEPÇÕES DE PEDAGOGIA: CAMPO DE ATUAÇÃO, FUNÇÕES SOCIAIS E ESPECIFICIDADES

CAMPO DE ATUAÇÃO DA PEDAGOGIA

A pedagogia é um campo de conhecimento e prática que se ocupa dos processos de ensino e aprendizagem em suas múltiplas dimensões. Tradicionalmente vinculada ao espaço escolar, sua atuação se expandiu significativamente ao longo das últimas décadas, passando a integrar diversos contextos sociais.

Essa ampliação reflete uma compreensão mais abrangente do fenômeno educativo, reconhecendo que ele ocorre em diferentes esferas da vida social, e não apenas na escola. Assim, o campo de atuação da pedagogia pode ser compreendido a partir de dois grandes eixos: o espaço escolar e os espaços não escolares.

► Atuação em espaços escolares

O ambiente escolar ainda constitui o principal campo de trabalho para profissionais da pedagogia. Nessa esfera, a atuação se dá em diversas funções:

a) Docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental:

O pedagogo é o profissional legalmente habilitado para atuar como professor na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Nessas etapas, sua função vai além da simples transmissão de conteúdos, envolvendo a criação de situações de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento integral da criança.

b) Gestão escolar:

Na área da gestão, o pedagogo pode atuar como diretor, coordenador pedagógico ou supervisor escolar, sendo responsável por organizar e acompanhar os processos educativos em sua totalidade. O coordenador pedagógico, por exemplo, desempenha papel estratégico na formação continuada dos professores, na mediação de conflitos e na articulação entre currículo, práticas docentes e avaliação.

c) Elaboração de materiais didáticos e avaliação educacional:

Outra função relevante é a produção de materiais pedagógicos e a participação em processos de avaliação institucional e de aprendizagem. Essa atuação exige do pedagogo domínio de conhecimentos sobre currículo, linguagem, metodologias e políticas educacionais.

► Atuação em espaços não escolares

A pedagogia contemporânea reconhece que o processo educativo extrapola os muros da escola. Assim, surgem novas possibilidades de atuação em espaços diversos:

a) Educação popular e movimentos sociais:

Inspirados em práticas libertadoras, como as propostas por Paulo Freire, muitos pedagogos atuam em contextos de educação popular, voltados à emancipação de grupos historicamente marginalizados. Nesses espaços, a função do pedagogo é mediar processos de conscientização, organização comunitária e valorização dos saberes populares.

b) Pedagogia empresarial ou corporativa:

Nas empresas, o pedagogo pode atuar no setor de treinamento e desenvolvimento de pessoal, desenhando programas de capacitação, educação corporativa e formação continuada. O foco está na aprendizagem em serviço, no desenvolvimento de competências profissionais e no fortalecimento da cultura organizacional.

c) Pedagogia hospitalar:

Em hospitais e instituições de saúde, o pedagogo contribui para garantir o direito à educação de crianças e adolescentes em tratamento de saúde, por meio de projetos que articulam cuidado e escolarização. Essa área exige sensibilidade, escuta e uma abordagem pedagógica flexível, adaptada às condições dos pacientes.

d) Organizações não governamentais (ONGs) e projetos sociais:

Muitas ONGs e projetos sociais contam com a presença do pedagogo para o desenvolvimento de ações educativas com crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social. O pedagogo atua na criação de oficinas, acompanhamento de trajetórias escolares e ações de formação cidadã.

e) Produção e consultoria educacional:

Há também espaço para pedagogos em editoras, fundações, institutos e órgãos públicos que desenvolvem políticas e materiais educativos. Nesses contextos, o profissional pode atuar como consultor, pesquisador, formador ou analista de projetos.

► Novas demandas e formação profissional

A ampliação do campo de atuação da pedagogia está diretamente relacionada às transformações sociais, tecnológicas e culturais que marcam a contemporaneidade. Novas demandas, como a mediação digital da aprendizagem, o ensino híbrido, a educação ambiental e a educação inclusiva, exigem do pedagogo competências ampliadas e uma formação que dialogue com as complexidades do mundo atual.

A formação inicial oferecida nos cursos de pedagogia deve, portanto, preparar o futuro profissional para uma atuação crítica, reflexiva e ética, capaz de transitar em diferentes contextos e propor soluções pedagógicas inovadoras. Nesse sentido, os estágios curriculares, os projetos de extensão e a pesquisa educacional tornam-se espaços fundamentais para a construção de uma identidade profissional sólida e comprometida com a transformação social.

O campo de atuação da pedagogia é dinâmico, multidimensional e socialmente relevante. Ao transitar entre espaços escolares e não escolares, o pedagogo reafirma a centralidade da educação como prática social intencional e estratégica na construção de sociedades mais justas. Seja na escola, na empresa, no hospital ou na comunidade, o trabalho pedagógico contribui para a formação de sujeitos autônomos, críticos e participativos, ampliando horizontes de cidadania e dignidade humana.

FUNÇÕES SOCIAIS DA AÇÃO PEDAGÓGICA

A ação pedagógica, compreendida como o conjunto de práticas, saberes e intervenções educativas intencionais, possui um papel central na formação dos indivíduos e na constituição das sociedades. Mais do que ensinar conteúdos, ela tem como função contribuir para o desenvolvimento humano, a convivência social e a construção de projetos coletivos.

Suas funções sociais são diversas e inter-relacionadas, variando conforme a concepção de educação adotada e o contexto histórico-social em que se insere.

A seguir, serão abordadas as principais funções sociais da ação pedagógica: socialização cultural, formação da cidadania, promoção da igualdade e transformação social.

► Socialização cultural

Uma das funções mais clássicas da ação pedagógica é a de socialização, ou seja, a inserção do indivíduo nas normas, valores, conhecimentos e práticas que estruturam a vida em sociedade. Por meio da educação, os sujeitos entram em contato com o patrimônio cultural acumulado historicamente, aprendem a linguagem, a convivência em grupo, as regras sociais e os modos de agir coletivos.

A escola, nesse processo, cumpre o papel de instituição mediadora entre o indivíduo e a cultura. Ela não apenas transmite conteúdos escolares, mas também forma hábitos, atitudes e comportamentos que serão utilizados nas interações sociais. A

ação pedagógica, portanto, contribui para a continuidade da vida social e para a coesão cultural, ao garantir que as novas gerações tenham acesso ao saber elaborado e à cultura letrada.

Contudo, é importante destacar que essa função de socialização não é neutra. Ela pode tanto reproduzir desigualdades quanto promover a equidade, dependendo da intencionalidade pedagógica e da estrutura social em que está inserida.

► Formação da cidadania

A ação pedagógica também possui a função de formar cidadãos conscientes, críticos e participativos. Essa dimensão da educação está voltada para o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade social e da capacidade de atuação ética no mundo.

A cidadania, entendida como o exercício dos direitos civis, políticos e sociais, depende de processos educativos que promovam a reflexão, o diálogo, o respeito à diversidade e a compreensão da realidade. A escola, nesse sentido, deve ser um espaço de vivência democrática, no qual os sujeitos aprendam a respeitar as diferenças, a argumentar, a tomar decisões coletivas e a defender seus direitos.

A pedagogia comprometida com a cidadania propõe práticas que desafiem a passividade e estimulem a participação ativa na sociedade. Ela contribui para formar sujeitos que não apenas conheçam seus direitos, mas que também estejam dispostos a lutar por eles, a partir de uma consciência crítica dos processos sociais.

► Promoção da igualdade

Outro papel fundamental da ação pedagógica é o de enfrentar as desigualdades históricas e sociais, promovendo o acesso equitativo ao conhecimento, às oportunidades e ao desenvolvimento humano. A educação, nesse contexto, é um direito social garantido pela Constituição Federal e deve ser assegurada com qualidade a todos, independentemente de classe social, gênero, etnia, religião, deficiência ou orientação sexual.

A função de promoção da igualdade exige uma pedagogia inclusiva, que reconheça as diferenças e combata a discriminação em todas as suas formas. Isso implica rever práticas escolares excludentes, valorizar os saberes das culturas populares, acolher os estudantes em suas singularidades e garantir condições adequadas de aprendizagem.

Essa função social é profundamente ética e política, pois desafia o status quo e propõe um projeto de sociedade mais justo, em que a educação atua como mecanismo de redistribuição de oportunidades e fortalecimento da dignidade humana.

► Transformação social

A ação pedagógica também pode ser entendida como prática social transformadora, capaz de intervir na realidade e de promover mudanças estruturais. Essa concepção está fortemente vinculada às ideias de educação emancipadora, como as defendidas por Paulo Freire, que entende o ato educativo como um processo de conscientização crítica e de libertação.

Nesse sentido, a pedagogia assume um papel político, não no sentido partidário, mas como intervenção nas relações de poder, nas estruturas sociais injustas e nas condições de opressão. A educação transforma quando se propõe a questionar,